

WEBER E A DISCUSSÃO SOBRE A DECADÊNCIA DA CULTURA ANTIGA: ANTIGAS E NOVAS ABORDAGENS

Willian Mancini¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar a análise da perspectiva de Weber, como historiador da Antiguidade Clássica, sobre as causas sociais do declínio da cultura antiga, e comparar esta perspectiva com as outras de diferentes contextos temporais e contemporâneos ao estudo weberiano. Nosso intuito é mostrar como a obra de Weber possui pontos comuns e discordantes com as demais obras citadas no artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Weber, Antiguidade Clássica, declínio, historiografia

ABSTRACT: The aim of this paper is to present the analysis of Weber's perspective, as an historian of Classical Antiquity, about the social causes of decline of ancient culture, and to compare this perspective with others from different temporal and contemporary contexts. Our intention is to show how Weber's work has common and discordant points with the others works cited in the article.

KEYWORDS: Weber, Classical Antiquity, decline, historiography

Desde os anos 1970 a temática de uma “Antiguidade Tardia” vem sendo discutida pelos historiadores. Esse debate tem visado estudar as continuidades e rupturas ao longo da história do Império de Roma, em sua abrangência ocidental e oriental, e, particularmente, nos conduz a reflexões acerca da natureza da desagregação desse Império, de sua “crise”, conceito aliás que está voltando à tona, revelando os limites que a forma histórica “Antiguidade Tardia” atingiu pelo seu emprego ao longo do século XX. O principal limite talvez decorra, a seguirmos uma observação de A. Giardina (2008: 754-5), de certa oscilação na historiografia em tratar a Antiguidade Tardia ora como um período específico, com sua autonomia, ora como um período de transição, e portanto subordinado a um que lhe antecedeu (o “período clássico”) e a outro que lhe sucedeu, a “Idade Média” Analisaremos neste artigo a perspectiva de Weber, como historiador da Antiguidade, sobre a decadência da cultura clássica. Para isto, faremos primeiramente uma análise do texto de Weber, “Sobre as causas sociais do declínio da cultura antiga” (*Die sozialen Gründe des Untergangs der*

¹ Mestre pela Universidade Federal de Ouro Preto.

antiken Kultur), conferência ministrada em 1896 em Heidelberg. Feita essa análise, realizaremos uma comparação desta obra de Weber com a de outros autores que discutiram a temática, em contextos anteriores, contemporâneos e posteriores a Weber. Com isso visamos buscar os pontos em comum e as discordâncias entre as diversas obras.

O contexto dos estudos sobre a História Antiga na Alemanha nos tempos de Weber apresenta, entre seus debates, o questionamento se a História não teria mais a oferecer do que simples apanhados de fatos. Esse questionamento já vinha sendo colocado desde a obra do inglês Edward Gibbon – *Declínio e Queda do Império* – em que o autor se utiliza de fatos aparentemente isolados para montar uma linha de causas que teriam levado a derrocada do Império Romano tanto no Ocidente quanto no Oriente. Um dos grandes teóricos que teriam influenciado Weber seriam Barthold George Niebuhr (1776–1831), que teria sido o primeiro a levantar a existência de uma dicotomia entre História e Antiquarismo. Ao aplicar seu método crítico, ele não foi bem-visto por seus leitores. Porém, estes não percebiam que seus escritos não eram de um antiquarista e sim de um político, pois este autor também percebia na História de Roma possibilidades de reflexões e soluções para seu tempo. Christian Matthias Theodor Mommsen, outro autor que influenciou Max Weber, causou grande comoção em seu público-leitor com sua obra. Tal recepção derivou do modo como Mommsen conduziu a narrativa e aproximou-se das necessidades históricas de sua época, expondo pontos de vista sobre questões de seu tempo, como o caso da unificação italiana. Apesar de suas bases metodológicas não estarem tão claras e o próprio Mommsen achar que sua obra não pudesse ser discutida no campo da historiografia, a verdade é que sua obra representou o aparecimento de um novo gênero da historiografia na Alemanha. Em *Römisches Staatsrecht* o autor analisa Roma a partir de suas instituições jurídicas. Assim o autor teve que se remeter à mais variada literatura para dar precisão jurídica a cada instituição abordada.

Weber, que estudara Direito Econômico tendo como influência os escritos de Mommsen, dedicou-se a um estudo para sua tese de doutoramento, em 1891, do direito agrário na sociedade romana e como a análise deste nos permite entender o funcionamento das propriedades agrárias em Roma. História

Agrária Romana trata das relações entre o Estado romano e as leis privadas. Para isso, Weber mostrará todo o processo de apropriação das terras conquistadas durante os ciclos expansionistas de Roma. O foco de Weber é a emergência do sistema de *plantation*: 1ª parte – relação entre o manejo da terra e as leis, 2ª parte – desenvolvimento agrário contribuindo para a história econômica de Roma. Como fontes, ele utiliza os autores de tratados agrícolas: Catão, Varrão e Columela.

Para Weber o foco das mudanças na sociedade romana acontece no momento em que Roma se transforma em uma potência continental (expansão pela Península Itálica). Segundo Weber, a política agrária de Roma funcionou graças à expansão militar e à política estatal. O autor, também, se mostra interessado no modo como o *ager publicus* era explorado e na mudança do conceito de propriedade, que vai sendo gerado conforme a expansão e o acúmulo de riquezas por parte de um setor da sociedade. Para isso, Weber inicia seu estudo pela etapa primária de exploração e posse da terra que seria a *gens*.

Após as vitórias nas Guerras Púnicas, em que o Estado passa a intervir de forma mais intensa nas disputas pela posse da terra, Weber destaca a figura do *praetor*, como um agente público. Porém, neste momento, a terra ainda é de posse comunal, e tem sua posse ligada a estruturas clônicas. Ao final desse primeiro grande processo expansionista em que Roma passa a ser não somente uma potência continental, mas também marítima, as vendas de terras (*mancipatio*) passaram a ser possíveis. E estas negociações, através dos aparatos legais, ficaram restritas aos cidadãos romanos. A *Lex Agraria* permitiu sem grandes dificuldades a transformação do *ager publicus* em *privatus*. Para Weber, este teria sido o aparato legal chave para a transformação da economia romana, pois a especulação de terras gera a emergência de um extrato capitalista.

Por essa obra, já é possível perceber que Weber, até mesmo por sua formação, não foge de um olhar voltado para as causas econômicas e sempre buscando reflexões sobre as bases para o capitalismo moderno.

Sobre a conferência “Sobre as causas sociais do declínio da cultura antiga” Gabriel Cohn, na introdução a uma série de textos weberianos publicados em uma coletânea que organizou, escreve:

A tese central do trabalho é a de que as causas do declínio da cultura europeia antiga não são externas ao Império Romano, que a sustentava e que lhe sobreviveu como organização política por mais alguns séculos, mas devem ser procuradas no seu interior, são causas sociais. Isso dá o tom da análise. Weber procura mostrar como a cultura antiga decaiu em consequência de uma lenta erosão das suas bases, que são sociais no sentido amplo do termo, visto que a análise se concentra sobre processos econômicos e políticos para examinar como se desagregam as instituições básicas do mundo antigo: as cidades, a organização escravista de trabalho e o comércio exterior costeiro. No desenvolvimento dessa análise Weber opera com outra tese fundamental, a de que há uma continuidade na passagem da Antiguidade para o mundo medieval. 'O desenvolvimento da sociedade feudal já estava no ar do império romano tardio'. (COHN, G., 2003. p.11)

A reflexão de Weber sobre a decadência da cultura clássica romana é reflexo de sua preocupação com os rumos do capitalismo alemão e com a crescente burocratização do Estado. Isso, na sua perspectiva, poderia estagnar o desenvolvimento do capitalismo. Para Weber a cultura antiga já tinha decaído antes mesmo da desagregação do Estado Imperial Romano.

Para Weber uma das primeiras causas para a decadência da cultura clássica seria o fato de a economia romana ser baseada na sua localização litorânea. O principal meio de circulação de mercadorias e riquezas era o Mediterrâneo. Não havia grande circulação de comércio pelo interior do continente. O pouco comércio de valor que renderia usando vias terrestres era aquele de artigos de luxo, mas que poucos tinham como ter acesso, além das cidades gregas e de Roma.

Na Europa antiga não existia um comércio interior semelhante ao da Idade Média. As tão elogiadas estradas romanas tão pouco eram suportes de um tráfico que evoque, sequer remotamente, as relações modernas, como o fazem os correios romanos. A diferença entre a rentabilidade das propriedades do interior com as situadas ao longo das vias fluviais era enorme. A proximidade das rotas terrestres não era considerada, em geral, nos tempos de Roma, como uma *vantagem*, mas como uma *calamidade*, devido ao alojamento de tropas e à infestação, porque eram caminhos militares e não vias de comércio. (WEBER, M. In: COHN, G., 2003. p.40)

A economia romana também passou a ser baseada no escravismo. O que levou a concentração do trabalho servil no *oikos*, unidade familiar de exploração da terra. Isto permitiu a mudança no foco de produção, passando a ser voltada

para o mercado. A produção de cereais foi sendo progressivamente substituída por bens de valor mais atraentes, como vinho, azeite e gado.

Na Idade Média desenvolveu-se primeiro a divisão do trabalho livre em termos *intensivos*, no interior do domínio local da economia urbana, com base na produção de encomendas para clientes e do mercado local. Em seguida, o crescente comércio exterior, com divisão interlocal da produção, primeiramente no sistema de provisão e posteriormente na manufatura, dá origem a formas de empresa para a venda em mercados *estranhos*, com base no trabalho *livre*. A evolução da economia nacional *moderna* corre paralelamente à circunstância de que as necessidades das grandes *massas* se satisfaçam cada vez mais por meio do comércio interlocal primeiramente, e internacional por fim. Por outro lado, vimos que na Antiguidade a evolução do comércio internacional corre paralela à acumulação do trabalho servil na grande posseção de escravos. Desta forma, insere-se sob a superestrutura comercial uma infraestrutura em constante expansão, dedicada ao consumo *não* comercial: os conjuntos de escravos que absorviam sem cessar os homens, cujas necessidades não se satisfiziam comprando no mercado, mas no interior do próprio do domínio econômico. (WEBER, M. In: COHN, G., 2003. p.42)

Outro fator importante para o declínio da cultura antiga foi a mudança do centro de gravidade populacional para o interior do continente. Com a conquista de grandes porções de terras que se afastavam do Mediterrâneo, como as Gálias e a Hispânia, o abastecimento e a economia foram prejudicados.

Se, como fica dito, o comércio interlocal da Antiguidade representava, mesmo no litoral, só um manto muito fino, claro é que as malhas da rede comercial, nas terras do interior, tinham quer ser consideravelmente mais frouxas. No interior não havia, de início, condição alguma para o progresso cultural mercê de uma livre divisão do trabalho produzido por um *tráfico mercantil intensivo*. Somente pela ascensão de uma aristocracia fundiária, que descansava sobre a propriedade de escravos e a divisão servil do trabalho - sobre o *oikos* - pode-se dar aqui a assimilação gradual no círculo da cultura mediterrânea. (WEBER, M. In: COHN, G., 2003. p.43)

O acontecimento preponderante teria sido a derrota das legiões de Varo em Teutoburgo (9 d.C.). Este fato representou uma mudança na política militar romana, que deixou de ser expansionista de conquistas no Reno e Danúbio e passou simplesmente a defender as terras já conquistadas. Com isto, a compra de escravos passou a ser muito difícil, o que levou já no final do século II a uma crise da propriedade escravista. Ao comparar o contexto romano do século III em diante com a época de Carlos Magno, Weber constata o seguinte:

Aqui, como lá, encontramos os escravos como trabalhadores do campo, e antes de tudo submetidos ao mesmo poder ilimitado do senhor sobre sua força de trabalho. Nisso não se manifesta diferença alguma. Do mesmo modo, foram adotados numerosos pormenores do direito senhorial romano e voltamos a encontrar até a terminologia; por exemplo: a casa das mulheres, o 'gineceu' da Antiguidade, no *genitum*. Mas *uma coisa* mudou radicalmente. Encontramos os escravos romanos vivendo no quartel 'comunista'; mas os servos da época carolíngia vivem nos 'casarios' (*mansus servilis*), à prestação pessoal nas glebas. O servo foi devolvido *para a família*, e com a família se apresenta, paralelamente, a *propriedade pessoal*. Esta *dispersão dos escravos fora do 'oikos'* aconteceu nos últimos tempos de Roma; e, com efeito, essa tinha que ser a consequência do decrescente autorrepopoamento do quartel de escravos. (WEBER, M. In: COHN, G., 2003. p.47)

Outro fator preponderante para a derrocada da cultura clássica é a burocratização do Império. Isto visava a uma melhoria fiscal para a montagem de um exército permanente, já que não mais era possível se manter apenas com um exército formado por agricultores. Como consequência disto, há também a barbarização das tropas, com a contratação de tropas mercenárias auxiliares. E também há a assimilação de bárbaros em territórios fronteiriços. Isso proporcionou uma fraqueza na proteção das fronteiras, já que os bárbaros não tinham o mesmo espírito para com a República que tinham os romanos. Sobre a burocracia e a barbarização do exército, Weber escreveu o seguinte:

Apesar dessa clara tendência de pagamento em espécie, porém, a manutenção de uma importante hierarquia administrativa obrigava a elevados desembolsos de numerário. E isso se dava em grau ainda mais elevado quando se tratava de cobrir as necessidades militares do Império. (WEBER, M. In: COHN, G., 2003. p.52)

Também o recrutamento praticado cada vez mais entre os bárbaros tinha por objetivo principal respeitar a força de trabalho da própria terra, sobretudo das grandes propriedades. Por fim, tentou-se suprir a defesa das fronteiras por um procedimento que vai ao encontro do sistema senhorial natural: a concessão de terras aos bárbaros em troca de serviço nas armas. E essa forma, remota predecessora do feudo, ganha crescente aplicação. Assim, pois, o exército, senhor do Império, vai-se transformando numa tropa de bárbaros, cada vez mais desligado de toda relação com a população nativa [...]. Parece que nas Gálias os bárbaros não foram recebidos com temor como conquistadores, mas pelo contrário, como os que libertavam o território do peso da administração romana. (WEBER, M. In: COHN, G., 2003. p.54)

Em alguns momentos desse artigo como na seção quatro do texto, onde Weber busca uma análise sobre os plantéis de escravos e a administração da propriedade rural, o autor trata minuciosamente a repartição das tarefas e analisa a importância desta como já havia feito em *História Agrária Romana*. Vale dizer que a análise do declínio da civilização clássica é de caráter socioeconômico e parte de uma determinação econômica.

Após a análise, compararemos a perspectiva weberiana do declínio da civilização clássica, representada pela queda do Império Romano do Ocidente com outras perspectivas: anteriores a Weber, tais como Montesquieu e Gibbon, contemporâneas a ele, como Rostovtzeff, e a visão atual desse período da história de Roma, na perspectiva de Averil Cameron.

O filósofo político Montesquieu, em sua obra “Considerações sobre as Causas da Grandeza e Decadência dos Romanos” constrói sua análise sobre a decadência do Império Romano antes de tudo a partir de seu êxito. Ele narra como as conquistas iniciais da República e modo como eram feitas as assimilações dos conquistados e a forma como Roma formulou alianças na Península Itálica possibilitou a dominação de todo o território sob o domínio romano. A mudança na situação para Montesquieu acontece durante e após a vitória nas Guerras Púnicas sobre Cartago, onde Roma assimila uma grande porção de terras, além do controle de boa parte do tráfego comercial do Mediterrâneo.

Como o domínio de Roma foi limitado à Itália, a república podia facilmente subsistir. Todo soldado era igualmente cidadão, cada cônsul tinha um exército e outros cidadãos acompanhavam a guerra que estava acontecendo. Não sendo excessivo o número de tropas, se tinha cuidado de não receber na milícia pessoas que não tivessem muitos bens, para que tivesse interesse na conservação da cidade. No fim o Senado viu de perto a conduta dos generais, e tirou o pensamento de fazer qualquer coisa contrárias a seus deveres. Porém quando as legiões passaram os Alpes, e atravessaram o mar, o povo da guerra teve que permanecer durante muitas campanhas nos países que se estavam guerreando, perderam pouco a pouco o espírito de cidadãos; e os generais dispendo de exército, e de reinos, conheceram sua força, e não foram mais capazes de obedecer. (MONTESQUIEU, Charles de, 1835. p. 125 a 127).

Por este trecho, percebemos que a análise de Montesquieu sobre a questão do exército parte de ponto anterior ao ponto em que Weber estipula tanto temporal como causal. Montesquieu aponta que o exército romano sofre a

transformação que levou Roma à decadência já nas Guerras Púnicas, entre os séculos III e II a.C. Segundo o filósofo francês, neste momento a própria ideologia do exército se perdeu. As legiões passaram a ter mais fidelidade para com seus generais do que para com o povo de Roma.

Outra causa para o declínio de Roma, na perspectiva de Montesquieu, teria sido a forma de governo. Enquanto Roma foi uma república, o seu povo foi livre. Mas, no momento em que se torna uma monarquia, o povo passa a por uma espécie de escravidão política, onde uma sociedade que recompensava as honras passa a conviver com o medo e a bajulação.

A causa de que um governo livre seja menos duradouro que outro, é porque seu infortúnio, e sua sorte quase sempre trazem a perda da liberdade; quando ao contrário em um estado em que o povo é súdito, uma e outra confirmam igualmente sua escravidão. Uma república sábia não deve arriscar a coisa expondo à boa ou má sorte, o único bem a se deve aspirar, é não mudar jamais seu estado. (MONTESQUIEU, Charles de, 1835. p. 128)

Para Montesquieu a instauração do Império como forma de governo teria sido a mudança social decisiva para decadência de Roma. Isto porque durante o Principado houve a grande divisão entre o povo, e houve bem mais processos de guerras civis do que no período da República. O grande inimigo de Roma, aquele que a derrotou, não foi externo, mas sim algo presente e que em outro momento havia construído sua grandeza.

Os autores não falam de outra coisa que as divisões que perderam à Roma: mas não se considera que estas eram necessárias, que sempre as havia tido, e que sempre devia tê-las. A grandeza da república foi unicamente que era mau, e isso causou tumultos populares na guerras civis. Era indispensável que haverem divisões em Roma; e aqueles guerreiros tão ferozes, tão atrevidos, e terríveis ao de fora, não podiam ser muito moderado ao de dentro. Pedir um povo livre e ousado em guerra, e tímido na paz, é querer o impossível: e por regra geral, sempre que se veja a todo o mundo tranquilo num estado que tenha o nome de república, se pode ficar seguro de que não há liberdade. (MONTESQUIEU, Charles de, 1835. p. 132-133).

Gibbon (político e historiador inglês), em “Decadência e Queda do Império Romano”, inicia análise sobre a decadência do mundo romano pelo momento em que o autor acredita ser o apogeu do Império Romano: o principado de Trajano. Gibbon narra nos primeiros capítulos de sua obra a opulência do Império e que o período responsável pelas maiores conquistas foi o

da República. Para este autor o ponto de virada na ascensão de Roma foi a instauração do Império, devido a sua política interna, militar e religiosa, e que levou a um colapso toda a estrutura montada ao longo de oito séculos.

O início desta mudança está no processo instituído por Augusto, a *Pax Romana*, que foi um processo que pacificou o Império internamente visando acabar com as guerras civis e de manutenção das fronteiras do território já conquistado. A expansão romana tornou-se uma empresa pouco lucrativa aos Imperadores e os limites naturais parecem ter delimitado as conquistas. Com raras exceções, como a anexação da Bretanha iniciada por Cláudio e somente concluída por Domiciano, e a Dácia e parte do território parta, por Trajano, os Imperadores preferiram criar um grande esquema de manutenção das fronteiras a se aventurar em expandi-las. Este talvez tenha sido um dos piores legados de Augusto.

Seus generais, na parte inicial de seu principado, tentaram a anexação da Etiópia e da Arábia Felix. Eles marcharam perto de mil milhas para o sul do trópico; mas o calor do clima logo repeliu os invasores, e protegeu os nativos não belicosos daquelas regiões afastadas. Os países do norte da Europa raramente mereciam o gasto e o trabalho da conquista. As florestas e pântanos da Germânia eram ocupados com uma difícil raça de bárbaros, que desprezavam a vida quando era separada da liberdade, e; entretanto, no primeiro ataque, eles pareceram render-se ao peso do poder romano, logo eles, por um sinal de desespero, recuperaram sua independência, e fizeram Augusto lembrar das vicissitude da sorte. Na morte deste imperador, seu testamento foi publicado e lido no senado. Ele atestava, como um valioso legado para seus sucessores, o conselho de confinar o império dentro daqueles limites que a natureza pareceu ter colocado como seus baluartes e fronteiras: no oeste o Oceano Atlântico; o Reno e Danúbio ao norte; o Eufrates no leste, e também o sul, o arenoso deserto da Arábia e África. (GIBBON, Edward, 2001. p. 30-31)

Este processo desencadeou outro, que se tornou uma chaga dentro da talvez mais importante instituição de Roma, o exército. Aos poucos tanto as províncias como as legiões foram perdendo sua identidade para com Roma, pois estes não se viam ligados ao Imperador que pouco se apresentava a esses dois grupos. Ambos os grupos se identificavam mais com seus líderes locais do que com o centro de poder. No caso do exército isso era perigoso, porque por vezes a lealdade das legiões estava com seus generais, e em caso de uma revolta contra o Imperador era uma força de apoio a menos. Foi o que aconteceu no Ano dos

Quatro Imperadores (69 d.C.) em que as legiões elegeram seus generais como Imperadores, o que resultou numa guerra civil, e também no período denominado Anarquia Militar.

Ocupados na busca de prazer, ou no exercício da tirania, os primeiros Césares raramente apresentaram-se aos exércitos, ou às províncias; nem eram dispostos a sofrer, que aqueles triunfos aos quais suas indolências negligenciavam, deveriam ser usurpado da conduta e o valor de seus tenentes. A fama militar de um assunto era considerada uma insolente invasão da prerrogativa Imperial; e isto se tornou a obrigação, bem como interesse, de todo general romano, guardar as fronteiras encarregadas a seu cuidado, sem aspirar conquistas as quais poderiam ter provado não menos fatais a ele do que aos subjulgados bárbaros. (GIBBON, Edward, 2001. p. 31)

Outro importante aparato do Império e que esteve envolvido nas principais crises desse período, inclusive o assassinato de Cômodo em 192 foi a Guarda Pretoriana. Era a guarda pessoal do Imperador, portanto a mais próxima a ele. Dentro de seu corpo não era possível a presença de nenhum membro da classe senatorial, tamanha a influência desta. Os Pretorianos foram importantes personagens nas revoluções romanas e tinham uma disciplina menos rígida que a das legiões de fronteira por não estarem constantemente envolvidos em guerras e manutenção de fronteiras:

Como os autores de quase toda revolução que distraia o Império, os pretorianos demandará logo e altamente nossa atenção, mas, em seus braços e instituições, nós não podemos encontrar nenhuma circunstância que discriminou-os das legiões, a menos que isso foi mais um esplêndido aspecto, e menos uma rígida disciplina. (GIBBON, Edward, 2001. p. 45)

O ponto comum entre a análise de Weber e de Gibbon é quanto ao fluxo de escravos. Para ambos a estagnação das conquistas e manutenção das fronteiras, tido como um legado de Augusto a seus sucessores causou a diminuição dos fluxos de escravos. Aos poucos, o contingente existente de escravos no Império foi insuficiente para a manutenção do padrão de produção já que, pelo baixo custo de aquisição desse tipo de mão de obra, os romanos não se preocuparam em investir em grandes melhorias nos instrumentos agrícolas.

A reprodução natural do plantel também fora insuficiente para manter o mesmo nível de produção.

Mas quando as principais nações da Europa, Ásia, e África uniram sob a lei de um soberano, a fonte de externa de suprimentos circulou com menor abundância, e os romanos foram reduzidos a suavizar, mas mais monótono método de propagação. Em suas numerosas famílias, e particularmente em suas propriedades rurais, eles incentivaram o casamento de seus escravos. (GIBBON, Edward, 2001. p. 67)

Outra mudança do período da República para o Império na visão de Gibbon foi a mudança na mentalidade dos romanos. Com paz interna gerada pelo fim das guerras civis e pela tranquilidade gerada pelo sucesso na manutenção dos bárbaros para fora das fronteiras do Império, os romanos passaram a acomodar-se com a situação. O poder imperial também contribuiu para a decadência, ao estimular uma mistura de medo e bajulação na sociedade. Por fim, houve uma mudança geral no pensamento da sociedade romana:

Isso era assustadoramente possível aos olhos dos contemporâneos dever descobrir na felicidade pública as latentes causas do declínio e corrupção. Essa longa paz, e o uniforme governo dos romanos, introduziram um lento e secreto veneno nas essências do Império. As mentes dos homens foram gradualmente reduzidas ao mesmo nível, o fogo dos gênios foi extinto, e até o espírito militar evaporou. Os nativos da Europa eram corajosos e robustos. Espanha, Gália e Bretanha, e Ilírico supriam as legiões com excelentes soldados e constituíam a real força da monarquia. Seus valores pessoais permaneceram, mas eles não mais possuíam aquela coragem pública que é mantida pelo amor a independência, o sentimento de honra nacional, a presença do perigo, e o hábito do comando. Eles acolheram as leis e governos conforme a vontade de seu soberano, e confiaram para eles a defender-se com um exército mercenário. A posterioridade de seus mais corajosos líderes ficou satisfeita com o status de cidadãos e súditos. Os maiores aspirantes espíritos frequentavam a corte ou critério dos imperadores, e esvaziou as províncias, privou de força política ou união, insensivelmente embutido dentro da languida indiferença da vida privada. (GIBBON, Edward, 2001. p. 84)

Gibbon toca em outros aspectos do declínio do Império Romano, tal como a barbarização das legiões e o cristianismo que teria sobrecarregado a burocracia do Império. Inclusive a barbarização do exército é outro ponto em comum entre as análises de Gibbon e Weber. Mas como fica evidente, tanto a análise de Gibbon quanto análise de Montesquieu se concentram nos aspectos

sociopolíticos da sociedade romana, enquanto é possível observar que a de Weber é centrada em causas socioeconômicas.

Para analisar alguém que possamos considerar contemporâneo a Weber destacamos o trabalho de Mikhail Rostovtzeff. Em sua obra “História Social e Econômica do Império Romano”, de 1926, este autor visa estabelecer o mesmo tipo de análise, de caráter socioeconômico, que Weber emprega em sua conferência sobre o declínio da cultura clássica. Mas Rostovtzeff analisou não só o declínio e a queda, mas a sociedade como um todo. Rostovtzeff separa os motivos para a queda do Império Romano em duas categorias: políticas, sociais e econômicas de um lado e intelectuais e espirituais de outro. Por essa separação já é possível perceber que Rostovtzeff, apesar de realizar uma análise similar à de Weber, não deixa de perceber as razões políticas. Outro ponto de destaque é que tanto Rostovtzeff, como Weber e Gibbon, deram uma atenção especial ao lado intelectual para as causas de um declínio da sociedade romana.

O declínio e a queda do Império Romano, que é dizer, da civilização antiga como um todo, tem dois aspectos, o político, social, e econômico em uma mão, e o intelectual e o espiritual em outra. Na esfera política nós testemunhamos uma gradual barbarização do Império de dentro, especialmente no Ocidente. O elemento estrangeiro, germano, disputando a parte de liderança tanto no governo quanto no exército, e estabelecendo-se, em massa substitui a população romana, que se desloca para os campos. Um fenômeno relatado, que na verdade era uma consequência necessária dessa barbarização interna, foi a gradual desintegração do Império Romano do Ocidente, determinando classes nas antigas províncias romanas que foram restabelecidas primeiro por germanos e sarmatianos, e depois apenas por germanos, ou por penetração totalmente pacífica ou pela conquista. (ROSTOVTZEFF, Mikhail, 1998. p. 532)

Sobre as causas econômicas e sociais, para Rostovtzeff, tudo se resume ao modo de produção adotado pela sociedade romana. Para ele, a base da economia estava limitada ao espaço do *oikos*. E esta foi a principal causa do declínio desta sociedade. Isto faz com que sua análise seja semelhante à weberiana. Rostovtzeff também acredita que a falta de desenvolvimento de uma indústria e a profunda dependência de alto fluxo de escravos tenham sido um ponto determinante para o declínio do Império Romano.

Do ponto de vista social e econômico, nós entendemos por declínio a gradual recaída do mundo antigo para a forma mais primitiva de vida econômica, em uma quase uma economia familiar pura. As cidades, que tinham criado e sustentado as mais altas forma de vida econômica desapareceram da face da Terra. Algumas cidades, especialmente aquelas que tinham sido grandes centros de comércio e indústria, ainda persistiram. O complicado e refinado sistema social do Império Romano seguiu a mesma queda, e se reduziu a seus primitivos elementos: o rei, sua corte e seu séquito, a grande propriedade feudal, o clero, a massa de servos rurais, e um pequeno grupo de artesãos e comerciantes. De modo que estes são os aspectos políticos, sociais e econômicos do problema. (ROSTOVTZEFF, Mikhail, 1998. p. 532-533)

O outro tipo de causa para a decadência do Império Romano para o autor russo teria sido de caráter intelectual e espiritual. Para Rostovtzeff, a estagnação cultural das cidades gregas cumpre um papel central para explicar a queda do Império. Após ter vencido as Guerras Púnicas, Roma assimilou a seu Império as cidades gregas e se intitulou herdeira da cultura clássica. Porém, essas cidades que foram o berço da cultura clássica já passavam por um tempo de decadência cultural já no século II a.C. No século II d.C. houve na visão de Rostovtzeff o total esgotamento da produção cultural:

Do ponto de vista intelectual e espiritual o principal fenômeno é o declínio da civilização antiga, da civilização urbana do mundo Greco-romano. [...] Aqui de novo há dois aspectos de evolução. O primeiro é a exaustão das forças criativas da civilização grega nos domínios onde seus grandes triunfos tinham sido realizados, nas ciências exatas, na técnica, na literatura e na arte. O declínio começou logo no século II a.C. Foi seguido de renascimento temporário das forças de criatividade nas cidades da Itália e depois em algumas cidades das províncias do Leste e do Oeste do Império. O progressivo movimento parou quase que completamente no II d.C. e depois de um período de estagnação, um regular e rápido declínio começou de novo. Paralelo a isto, nós averiguamos um progressivo enfraquecimento das forças assimilativas da civilização Greco-romana. As cidades não absorviam intensamente – isto quer dizer, não intensamente gregos e romanos – as massas dos campos começaram a tragar a população urbana. Apenas algumas ilhas de vida civilizada sobram, a aristocracia senatorial do Império Tardio e o clero, mas ambos, salvo uma parte do clero, são gradualmente consumidos pela ação da onda de barbarismo. Outro aspecto do mesmo fenômeno é o desenvolvimento de uma nova mentalidade entre as massas da população. Foi a mentalidade das classes baixas, baseado exclusivamente na religião. (ROSTOVTZEFF, Mikhail, 1998. p. 533)

Como é possível observar, na obra de Rostovtzeff ganha destaque outra causa para o declínio intelectual do Império Romano: a assimilação de grandes

massas populacionais. Muitas vezes eram incorporadas à força e tinham sua mentalidade voltada para o lado religioso, em contraposição a um lado filosófico característico da sociedade Greco-romana.

[...] e não apenas indiferente, mas hostil aos empreendimentos das classes mais altas. A nova mentalidade gradualmente dominou as classes mais altas, ou pelo menos a grande parte dela. Isto é revelado pela expansão entre elas das várias religiões místicas, em parte oriental, em parte grega, O clímax foi alcançado no triunfo do cristianismo. No campo do poder criativo o mundo antigo continuou vivo, como foi apresentado pelas várias realizações arquitetônicas como a criação da igreja cristã, a adaptação da teologia cristã ao nível mental das classes altas, a criação de uma poderosa literatura cristã e da nova arte cristã. A nova conquista intelectual visou primeiramente influenciar a massa da população e por essa razão representou uma queda dos elevados níveis da civilização urbana, pelo menos do ponto de vista da literatura. (ROSTOVTZEFF, Mikhail, 1998. p. 533-534)

Para concluir sua análise sobre a queda do Império Romano, Rostovtzeff apresenta uma série de propostas de explicação para o mesmo fenômeno, propostas por outros estudiosos. Ele discorda parcialmente das proposições dos autores que avalia. Elas, de forma isolada, como apresentadas por estes autores em debate, não podem ser a seu ver a resposta para a questão da queda de Roma. Dentre estas propostas apresentadas se destacam as seguintes:

- De caráter político: Beloch – assimilação das cidades gregas; Kornemann – redução das tropas por Augusto e seus sucessores; Ferrero – transição de poder para Commodo, onde Marco Aurélio passa por cima da autoridade do Senado; Heitland – número reduzido de pessoas tendo acesso ao poder. Este esteve restrito a poucos que estavam próximos ao Imperador e a corte.
- De caráter econômico: Weber e Salvioli – falta de uma indústria.
- De caráter biológico: Seeck – extermínio de uma 'nobreza' durante as guerras civis; Tenney Frank – contaminação pela mistura de raças.

Por fim, analisemos o panorama atual da questão. Para isso, tomaremos como exemplar a perspectiva da Dame Averil Cameron em sua obra “O Mundo Mediterrâneo na Antiguidade Tardia”, de 1998. Cameron é uma das mais influentes pesquisadoras contemporâneas sobre o tema, professora em Cambridge com extensa produção, publicada nas revistas mais importantes do mundo e Dama da Coroa Britânica. Ela nos apresenta neste livro que a partir dos anos 1970 houve uma mudança na análise desse período. Antes, o período

que se estende do assassinato de Cômodo (192 d.C.) à deposição de Rômulo Augustulo (476 d.C.) era visto como uma fase de declínio do Império Romano. Hoje é analisado como um período de transformação interna sem o caráter de decadência. A autora apresenta como alguns autores foram mudando a perspectiva sobre esse período:

As abordagens de Jones eram pragmáticas e concretas; não lhe interessava de forma demasiada as questões relativas à história da religião, que hoje em dia muitos estudiosos consideram como fatores primordiais e interessantíssimos na hora de analisar a Antiguidade Tardia. Para ele, estudar o desenvolvimento e a influência da igreja cristã no dito período significava acompanhar o seu crescimento institucional e econômico, e não dos sentimentos íntimos dos cristãos enquanto tais. Curiosamente incluía os monges, as freiras, e em geral, todo o clero cristão em uma categoria de 'bocas ociosas', que deviam ser sustentadas pela classe, cada vez menos numerosa, de produtores agrícolas, e que na opinião de Jones, contribuirão para agravar as dificuldades que fizeram frente ao governo tardo-romano, até provocar seu definitivo declínio. (CAMERON, Averil, 2001. p. 12)

Cameron comenta em sua obra como a partir dos anos 1970 a historiografia dedicada a esse período produziu toda uma mudança de perspectiva. Passaram a valorizar este período como de transformação da sociedade romana, e não como um período de decadência. Isto porque muito dos estudos tinham como base análises marxistas da sociedade romana.

Não era este o caso de historiadores como Moses Finley, interessados pela história econômica e conhecedores do marxismo e de outras interpretações sociais e econômicas da história, nem de outros especialistas familiarizados com a tradição continental no sentido lato. A obra de Jones, em qualquer caso, abriu as portas para uma nova generalização dos estudiosos, que se viram a si mesmos estimulados pela abordagem absolutamente distinta do tema oferecido por Peter Brown, quanto foi patente em seu breve manual intitulado 'O Mundo da Antiguidade Tardia' (Londres, 1971), que surgiu poucos anos após a publicação de 'O Baixo Império Romano' de Jones. Brown é em geral muito mais entusiasta, por não dizer mais emotivo, na hora de destacar os conceitos, e é muito possível, por efeito que por sua causa 'a Antiguidade Tardia' tenha se convertido em um terreno exótico povoado por monges selvagens e por virgens excitadas, e dominado pelo choque de religiões, mentalidades e modos de vida. (CAMERON, Averil, 2001. p. 12)

O período antes visto como decadente e que teria levado ao fim da civilização clássica converte-se, ao olhar dos historiadores, em um período com

extrema gama de assuntos de interesse dentro do contexto da mudança de mentalidade gerado na sociedade romana, principalmente pelo advento do cristianismo como religião oficial, as mudanças econômicas geradas pela crise do escravismo, dentre outros. Por fim, Cameron termina sua análise sobre a mudança de perspectiva sobre este período, agora denominado como “Antiguidade Tardia” se posicionando contra a visão de decadência de uma “Antiguidade Clássica”, apresentando que aqueles que analisavam este período como decadente não levavam em conta o fato das sociedades serem mutáveis. A passagem da “Antiguidade Clássica” para o período denominado “Antiguidade Tardia” nada mais é que a mudança de uma sociedade, sem ser legítima a atribuição do signo negativo da decadência para o período e especialmente para os homens e mulheres que viveram nesta época.

Em vista deste contexto, a explicação dos trechos baseados no conceito de ‘decadência’ resulta claramente fora de lugar. E é que se baseia na ideia de que o razoável é esperar que as culturas e as sociedades pudessem se manter em um mesmo estado indefinitivamente. Expressões, como por exemplo, ‘o fim da Antiguidade Clássica’ e outras pelo estilo pressupõem uma identidade, da ‘Antiguidade Clássica’, indisponível por completo a mudanças. O certo, contudo, é que as sociedades não existem no vazio. O próprio mundo se encontra em um constante estado de transformação. Pois bem, do mesmo modo, milhões e milhões de grandes e pequenas mudanças tiveram lugar tanto dentro dos imensos territórios do Império como também além de suas fronteiras, e para fazer referência a todas essas mudanças se faz uso para rotular de forma ambígua de ‘decadência’. Ao historiador, contudo, não lhe corresponde nem emitir juízos morais sobre o objeto de suas investigações nem impor normas clássicas totalmente inadequadas. (CAMERON, Averil, 2001. p. 175)

Para concluir, podemos dizer que a análise de Weber sobre uma decadência da civilização clássica, apesar de ser de caráter socioeconômico, tem muitos aspectos em comum com outras perspectivas anteriores e até mesmo contemporâneas a seu tempo. No entanto, hoje em dia, a obra de Weber seria posicionada como “fora de lugar”, pois a atual visão sobre esse período tido pelo autor alemão como decadente hoje é analisado pelos historiadores da Antiguidade como um período de mudanças, de transição. Ao mesmo tempo, é interessante notar que os autores contemporâneos desvalorizam a obra de Marx como sendo economicista, enquanto a obra de Weber também merece este

rótulo. Deste modo, vale a pena ler os clássicos a fim de evitar os estereótipos que possamos criar tanto para a Antiguidade (*e.g.* séculos III-V d.C. seriam a decadência) quanto para a tradição de análise que se construiu para o período (*e.g.* Marx é economicista e Weber é culturalista).

Bibliografia

CAMERON, Avril. *El Mundo Mediterraneo en La Antigüedad Tardia: 396 – 600*. Trad: Teófilo de Lozoya. Barcelona: Critica, 1998.

CARRIÉ, Jean-Michel, ROUSSELLE, Aline. *L'Empire romain en mutation: des Sévères à Constantin*. Éditions Du Seuil, 1999

GIBBON, Edward. *History of Decline and Fall of Roman Empire*. EbookMall, 2001.

MONTESQUIEU, Charles de. *Consideraciones Sobre Las Causas de la Grandeza y Decadencia de los Romanos*. Tarragona: Imprenta de Miguel Puigrubi, 1835

ROSTOVTZEFF, Mikhail. *The Social and Economy History of Roman Empire*. Londres: Oxford Universit Press, 1998.

WEBER, M. *Sociologia*. Org. COHN, Gabriel. São Paulo: Editora Ática, 2003.